Processo TC 005.392/2019-5 (com 50 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Em face do que restou apurado nos autos, manifesta-se o Ministério Público de Contas de acordo com a proposta oferecida pela unidade técnica, abaixo transcrita:

“Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) **considerar revel**, para todos os efeitos, a Sra. Edina Gonçalves Pereira de Moraes (CPF 752.403.193-91), com fundamento no § 3º, art. 12, Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, dado seguimento ao processo;

b) **Rejeitar** as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Lourenco Silva de Moraes (CPF 336.280.683-04)

c) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas ‘b’ e ‘c’, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, incisos I e III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, **julgar irregulares** as contas dos Srs. Lourenco Silva de Moraes (CPF 336.280.683-04) e Edina Gonçalves Pereira de Moraes (CPF 752.403.193-91), e condená-los aos pagamentos das quantias da tabela abaixo, atualizadas a partir das respectivas datas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
6.327,20	17/01/2012
6.357,00	02/03/2012
12.338,50	30/04/2012
13.300,00	17/05/2012
25.165,94	25/09/2012
6.600,00	30/10/2012
12.700,00	28/12/2012

d) **aplicar, individualmente**, aos Srs. Lourenco Silva de Moraes

(CPF 336.280.683-04) e Edina Gonçalves Pereira de Moraes (CPF 752.403.193-91), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno) , o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

e) **autorizar**, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

f) **autorizar**, desde logo e caso solicitado, o pagamento da dívida dos responsáveis, em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

g) **encaminhar** cópia da deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e comunicar-lhe que o relatório e o voto que a fundamentarem podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso haja interesse, o Tribunal pode enviar-lhe cópia desses documentos sem qualquer custo.”

Brasília, 20 de abril de 2020.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador